

A ascensão e o declínio do fundamentalismo islâmico

Daniel Aarão Reis Filho

Professor de História Contemporânea da UFF

Era primeiro de fevereiro de 1979, em Teheran, e as multidões ocupavam as avenidas e as praças, em uníssono, num paroxismo de alegria. Na história das sociedades humanas são raros estes momentos, em que se formam, para o bem ou para o mal, frequentemente para o mal, estas unanimidades esmagadoras, como uma torrente, arrastando a todos, mobilizando as paixões, silenciando as razões, oferecendo conforto e segurança, até mesmo diante da própria morte.

Em Teheran as multidões desciam às ruas, em delírio, para saudar a chegada de um velho líder, um venerado chefe religioso, o ayatollah Khomeini. Um velho de rosto severo, olhos profundos, barba longa e branca, envolto em turbante e longa capa negra, o negro da capa e o branco da barba fazendo um contraste teatral. E a capital do Irã parecia um teatro: no centro do palco, solitário com seu poder e glória, Khomeini, e em torno dele, como um gigantesco coro, a população da cidade, representando o país.

O ayatollah estava vindo de um longo exílio de 15 anos. Reatualizava o antigo mito da volta do herói para os braços de seu amado povo, e a sua chegada representava um (re)encontro, para cuja realização o povo iraniano lutara de forma obstinada, quase obcecada.

Naquela altura, ninguém, minimamente informado no mundo, ignorava quem era o Ayatolla Khomeini, o iman de Qom, cidade sagrada do Irã, sede espiritual do ramo chiita da religião muçulmana: ele passara a encarnar, desde a sua expulsão do Iraque (onde se refugiara nos anos 60) para a França, em outubro de 1978, o amplo movimento da sociedade iraniana contra o poder político.

Numa impressionante sequência de manifestações, cada vez mais grandiosas, embora quase sempre reprimidas de modo impiedoso, o povo iraniano levantara-se desde novembro de 1977 contra um regime que parecia ter perdido qualquer sintonia com a sociedade.

Ao longo de 1978, na conturbada região que os europeus chamam de Oriente Médio, desenharam-se dois processos contrastantes: de um lado, promessas de paz nas difíceis negociações entre Israel e Egito, desbloqueadas pela histórica visita de A. Sadate, presidente egípcio, à Jerusalem, em novembro de 1977. De outro lado, horizontes de guerra no processo de luta da sociedade iraniana contra o poder ditatorial do Chah Reza Pahlevi.

As manifestações populares foram se nucleando em torno dos estímulos de Khomeini, como se, de longe, sua voz soasse mais de perto, estabelecendo uma estranha simbiose entre a respeitabilidade do ancião e a energia da juventude, entre a debilidade do velho exilado e a força das grandes multidões.

Na própria Qom, cidade sagrada, em Tabriz, em Ispahan, na capital, Teheran, em toda a parte, um clamor crescente, que nenhuma força humana conseguia deter. O Chah fez o que pôde para deter aquela onda: mobilizou a temível polícia política, a Savak, jogou na arena as forças armadas e todo o poderoso e eficiente aparelho policial-militar. Mandou matar centenas, e prender milhares. Articulou as alianças internacionais. Mas nada resultava, e tudo parecia inútil, inócuo, frente à pressão irresistível da sociedade.

Afinal, desmoralizado e isolado, fragilizado pela doença, o Chah partiu com sua família e seus dinheiros, em 16 de janeiro de 1979, acuado, escorraçado, a Sorte que os tiranos merecem. Depois de sua partida, o poder ficou estrebuchando, como um bicho feroz nos estertores, matando manifestações e manifestantes. Mas eram batalhas de retaguarda, de nada também adiantaram. Mesmo depois da chegada de Khomeini, ainda houve manobras, em vão: em três dias de insurreição, entre 10 e 12 de fevereiro, o povo da capital e das grandes cidades varreu os derradeiros vestígios do regime do Chah, derrubou um último gabinete constituído ainda com sua aquiescência, e entronizou um novo governo, regido pela figura carismática de Khomeini.

O homem já não era apenas um homem, tornara-se um símbolo. Para as multidões iranianas medusadas, para os muçulmanos em geral, e para o resto do mundo. O que faria com o poder aquele velho e aquelas multidões? Para além da derrubada de uma ditadura que ninguém mais defendia (o que, de resto, costuma acontecer com todas as ditaduras, quando elas caem), quais seriam exatamente as suas idéias, as suas propostas, o seu programa de governo? O que seria de esperar, ou de recear?

Antes de um programa político, o novo regime apresentou uma visão de mundo: substituir os valores do materialismo e do pragmatismo, defendidos e veiculados pela ditadura derrubada, pelo espiritualismo da religião muçulmana. Em vez do nacionalismo laico, o internacionalismo islâmico. No lugar dos revisionismos e das inovações, o tradicionalismo e a ortodoxia. A preeminência do (texto) sagrado sobre a experiência e a interpretação, da Religião sobre o Estado. A reconstituição da utopia da *Umma*, onde se interpenetram os princípios religiosos e as razões do Estado, e a Comunidade Humana se reencontra, harmoniosa e feliz, sob a regência de valores indubitáveis, porque verdadeiros - os espirituais.

O Chah, fiel aliado, parceiro e sócio das grandes potências capitalistas representara os esplendores e as misérias de uma certa concepção de mundo: a modernidade ocidental. O Irã dotara-se de grandes e prósperas cidades, elites ascendentes, costumes ocidentalizados, armamentos sofisticados: eram as luzes do sistema. Mas as populações gemiam nas sombras das crescentes desigualdades, da humilhação dos carentes, das iniquidades sem fim, do desprezo pelos valores religiosos e pela Tradição, do culto à riqueza material, inacessível para as grandes maiorias. Um mundo de injustiça, endiabrado, bárbaro. Tudo isto seria agora revogado em favor dos valores eternos da Fé islâmica, explicitados pelo Ayatollah Khomeini. Eles seriam capazes de confortar as gentes, de assegurar Justiça, de refundar um novo mundo, redimindo toda uma humanidade.

Ali não houvera uma simples troca de governo, mas uma revolução - islâmica. Houve alarme no mundo da modernidade ocidental. Aquilo era um anacronismo, como se estivessem renascendo os velhos fantasmas dos princípios religiosos, há longo tempo esconjurados da esfera pública e da política, e confinados à vida e à consciência privadas. Um perigo, dada a impregnação da religião islâmica entre seus fiéis, mais de um bilhão de seres humanos. Havia um risco de contaminação. Mas para evitar o contágio, era preciso, antes de tudo, nomear o fenômeno que estava nascendo. Perscrutando as próprias tradições religiosas, por associação, do fundamentalismo cristão inventou-se então o fundamentalismo islâmico. Pronto, o bicho estava nomeado, classificado, agora seria mais fácil combatê-lo.

Mesmo porque a praga espalhava-se com temível velocidade.

Em toda a parte, movimentos sociais e grupos armados, em nome do Islam, partiram em ofensiva contra os representantes da modernidade ocidental, fossem capitalistas ou socialistas. Começando pelo próprio Irã, naturalmente, onde as alternativas às propostas de Khomeini foram rapidamente eliminadas, tendo sido seus líderes presos, mortos ou expulsos para o exílio. E estendendo-se em todas as direções, mobilizando as consciências, galvanizando as vontades.

No Afeganistão, desde 1979, uma guerra de guerrilhas começou a atormentar os invasores soviéticos. No Egito, em 1981, um comando suicida matou o presidente A. Sadate, acusado de traição, pelas negociações de paz entabuladas com Israel. No Líbano, em 1984, ataques à bomba contra as tropas norte-americanas e francesas ali estacionadas, obrigaram sua retirada. Em 1985, as ações de sabotagem alcançaram Paris, aterrorizando os franceses. Em fins dos anos 80, estruturavam-se em vários países organizações ou partidos islâmicos que disputavam o poder político: na Turquia, o partido Refah; no Líbano, o Hezbollah; na Palestina, o Hamas; na Argélia, o Front Islâmico de Salvação (FIS), no Afeganistão, os Talibãs.

Apesar da sua extrema diversidade política e organizativa, à luz do conceito de *fundamentalismo islâmico* só apareciam os aspectos comuns, sem dúvida importantes: o recurso ao Islam como elemento central identitário; a recusa da modernidade ocidental em todas as suas variantes, inclusive a que tomara corpo em muitos países muçulmanos sob a forma do estatismo nacional, posterior à vitória das lutas de libertação nacional; o apoio da população jovem, recentemente urbanizada, das periferias deserdadas e sub-empregadas, onde se gestava um poderoso caldo de ressentimentos, de amarguras, de esperanças frustradas, de perda de referências e de perspectivas.

O fundamentalismo começou a enervar. Já desde 1980, o regime iraquiano de Saddam Hussein, nacionalista, estatista, laico, ocidental e moderno, a seu modo, recebera luz verde das potências ocidentais para dar uma *lição* na revolução islâmica iraniana. Desencadeou-se uma guerra que, durante oito anos, sangrou os dois países sem nenhum resultado tangível, apesar de dezenas e dezenas de milhares de mortos, feridos e mutilados. Em tom grave, respeitáveis professores começaram a falar de *choque de civilizações*, legitimando academicamente planos belicosos de estados-maiores e incursões armadas perpetradas em nome da civilização e dos direitos humanos.

Depois dos atentados nos Estados Unidos (World Trade Center, em 1993) e na França (novos atentados terroristas em 1995), desencadeou-se uma notável onda de histeria anti-islâmica no mundo ocidental e cristão, fazendo recordar as não menos famosas campanhas contra o chamado *perigo amarelo*, em fins do século XIX, que justificaram os massacres cometidos na China contra a revolta popular dirigida pela Sociedade dos Punhos da Justiça e da Equidade (conhecida no Ocidente como a revolta dos Boxers). Algo de similar aconteceria agora com o mundo islâmico?

Não aconteceu.

Ao contrário dos apocalipses imaginados, nenhuma outra revolução islâmica veio a ocorrer. No próprio Irã, depois do fim da guerra com o Iraque (agosto de 1988) e da morte do Ayatollah Khomeini, em junho de 1989, uma lenta evolução teve lugar. Seu sucessor, Ali Khamenei, já não dispunha do mesmo carisma, nem das mesmas convicções. Por outro lado, e mais importante, homens menos fechados ao diálogo, progressivamente, assumiram o comando dos negócios públicos. Em maio de 1997, a vitória, surpreendente, de Mohamed Khatami confirmou a preponderância das correntes reformistas moderadas. Sem abandonar o Islam, dispunham-se à abertura e ao diálogo com a modernidade ocidental, dentro e fora do país. Recentemente, em fevereiro de 2000, mais uma vez, através de eleições, estas tendências mostraram contar com a confiança da maioria da sociedade.

No resto do mundo muçulmano, outras previsões catastróficas não se realizaram. A ascensão das forças ditas *fundamentalistas*, que parecia em certo momento irresistível, foi, quase em toda a parte, detida e controlada. As tendências nacional-estatistas tinham reservas insuspeitadas. É certo que tiveram de apelar para golpes de estado, ditaduras e armas nas mãos, como nos casos, por exemplo, da Turquia e da Argélia, mas a modernidade ocidental está acostumada a lidar com situações excepcionais, sobretudo quando elas ocorrem no mal chamado Terceiro Mundo. Um outro anunciado barril de pólvora - as nacionalidades islamizadas da ex-União Soviética - resolveu também não explodir, inviabilizando bons negócios de armamentos que, de outro modo, poderiam ter ocorrido. Em outra oportunidade, igualmente perigosa, quando irrompeu a Guerra do Golfo, opondo as potências capitalistas contra o Iraque, os *fundamentalistas* mantiveram uma atitude de neutralidade, observando o massacre da aventura guerreira desencadeada no Kuwait pelo ditador moderno Saddam Hussein. Embora este último, na fase final, tenha se lembrado de Allah, tratava-se, de fato, de um combate entre *modernos*, uma cumbuca na qual os *fundamentalistas* não tinham porque meter a mão. Finalmente, e apesar dos enormes problemas pendentes, a dinâmica de negociações com Israel, desde os acordos de Oslo, em 1993, pareceu prevalecer em relação às propostas de enfrentamento armado.

Nestas circunstâncias, o chamado fundamentalismo apareceu enfraquecido, senão derrotado. É certo que ainda subsiste nas margens, onde conserva alguma força: no Afeganistão, entre os talibãs; no Sudão, onde reina uma versão da lei islâmica pura e dura; entre pequenos grupos armados, enfim, capazes de perpetrar atentados periféricos, como os desferidos contra as embaixadas norte-americanas em Dar es-Salam e Nairobi, em agosto de 1998.

E, assim, paradoxalmente, pouco mais de vinte anos depois de acontecer a revolução islâmica, depois de tantos mortos e mutilados de carne e de espírito, de tantas destruições, a preponderância política e militar dos Estados Unidos nunca foi tão forte na região do mundo onde se passa a nossa história.

Haverá alguma moral nesta fábula?

Há pessimistas que sustentam que a História não têm lições a dar, nem moral a oferecer. Mas é possível elaborar algumas reflexões que ajudem a compreender toda esta tragédia.

Para começar, seria preciso desmistificar o chamado *fundamentalismo islâmico*. O mundo islâmico é tão unido como o cristão, ou seja, é muito relativa a sua unidade. Em termos religiosos, os muçulmanos dividem-se entre sunitas e chiitas. E se ramificam a partir destas grandes tendências. Além disso, a religião combina-se com as tradições nacionais e regionais. A grande maioria dos muçulmanos vive a leste do Irã, no Paquistão, no Bangla-desh, na Indonésia. Estas gentes nunca se mobilizaram em torno das propostas fundamentalistas. Por outro lado, os árabes (muçulmanos) abominam os turcos (muçulmanos), mais ou menos como os franceses (cristãos) abominavam os alemães (também cristãos), pelo menos até 1945. As clivagens se repetem entre árabes e iranianos, sem falar nas que existem entre os próprios árabes. Não gratuitamente a Liga Árabe - exceção feita às lutas de libertação nacional contra os impérios coloniais - sempre foi incapaz de construir projetos pan-árabes.

Assim, ao refletir sobre o *fundamentalismo islâmico*, seria bom recordar que estamos diante de um espectro que se criou e cuja força foi deliberadamente exagerada.

Isto não quer dizer que não existam *tendências fundamentalistas* no Islam. Como no Cristianismo, como em todas as religiões, os fundamentalistas escolhem o (texto) sagrado e desprezam a experiência e o contexto (profanos), preferem os *velhos caminhos que nunca falharam e não falharão*, uma Fé, dada uma vez e para todo o sempre. E defendem a obediência, exclusiva e completa, ao Livro, e dele arvoram-se os únicos intérpretes, ou melhor, os únicos que o sabem ler.

Estas tendências não existem apenas entre as religiões, têm suas versões laicas também - basta conferir a história do socialismo soviético, ao longo do século XX, ou a história mais recente do neo-liberalismo, com suas pretensões de dominar o passado e o futuro e estabelecer o Pensamento Único.

Os fundamentalismos de todos os bordos, e não apenas os islâmicos, estão por aí, apegados a suas certezas, rondando. Expressam uma maneira de ver as coisas deste mundo e do além. E costumam emergir com força em tempos de desespero e de crise de referências. Nosso tempo, de areais movediças e mudanças alucinantes, é um ventre fecundo para o fenômeno.